



## S U M Á R I O



3	Palavras prévias	Santiago Macias
5	Camponeses e mercadores no Meriterrâneo	Cláudio Torres
13	Uma pizarra visigoda com inscrição numérica encontrada em Santa Margarida (Serpa)	Catarina Tente / António M. Monge Soares
21	A igreja de São Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana	Paulo Almeida Fernandes
41	Ibn Ghâlib, vida e obra: notas identificativas	António Rei
51	'Abd al-Rahmân bn Marwân al-ÿilliqî: un líder muladí del occidente de al-Andalus rebelde a los dictados de Córdoba (S. IX/III)	Bruno Franco Moreno
65	Arqueología rural islámica en Huelva: la alquería de La Almagra.	Núria V. Teruel / Juan C. Carrasco / Águeda G. Rodriguez / Luis S. Hernando
105	Silos islâmicos de Caparide (Cascais): análise estrutural	Nuno Neto / Paulo Rebelo / Raquel Santos / Tiago Fontes
113	Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação	Jacinta Bugalhão / Sofia Gomes / Maria João Sousa / Deolinda Folgado Antónia González Tinturé / Marta Moreno-García / Maria Isabel Dias / Maria Isabel Prudêncio
135	A implantação medieval do Mosteiro de S. João de Tarouca: dados palinológicos	Luís Sebastian / Catherine Latour-Argant Jacqueline Argant / Ana Sampaio e Castro
145	Um «anel de oração» do século XIII no Mosteiro de S. João de Tarouca	Mário Jorge Barroca / Luís Sebastian / Ana Sampaio e Castro
159	Ocupação baixo medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas	Lídia Fernandes / António Marques / Andreia Torres
185	La grande Mosquée de Meknès: étude d'histoire, d'architecture et du mobilier	Abdeltif Elkhammar
201	A olaria quatrocentista da porta da alagoa: resultados das intervenções arqueológicas no antigo Palácio dos Sepúlvedas (Évora)	Sara Almeida / Ana Gonçalves / Felix Teichner / Tomas Schierl
215	As traçarias da fortaleza de Nossa Senhora da Luz	Margarida Ramalho / Nuno Neto
223	A talha nasarí do Museu Nacional de Arte Antiga	Tânia Casimiro
237	A toponímia de origem afro/árabe da ilha de S. Tomé	Dinis Ferreira

**Director:** Cláudio Torres • **Coordenador:** Santiago Macias • **Conselho Científico:** António Borges Coelho, Cláudio Torres, José Luís de Matos, José Mattoso, Manuel Luís Real  
• **Conselho de Redacção:** Abdallah Khawli, Artur Goulart, Carlos Manuel Pedro, Fernando Branco Correia, João Carlos Garcia, Joaquim Manuel Boiça, José Carlos Oliveira, Manuel Passinhas da Palma, Maria de Fátima Barros, Miguel Rego, Rui Mateus, Susana Gómez Martínez, Virgílio Lopes • **Apoio:** Câmara Municipal de Mértola.

**Capa e Design Gráfico:** Gil Maia

**Fotografia da capa:** Celeiro comunitário (agadir) na fronteira do deserto líbio (Cláudio Torres)

**Fotografia da contracapa:** Pátio interior na cidade líbia de Ghadamés (Cláudio Torres)

**ISSN:** 0872-2250

**N.º de edição:** 1133

**Depósito legal:** 66923/93

**Edição:** Edições Afrontamento, Lda. – Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto – Portugal

Telefone: 351 22 5074220 – Fax: 351 22 5074229

**e-mail:** [afrontamento@mail.telepac.pt](mailto:afrontamento@mail.telepac.pt)

**Impressão e acabamento:** Rainho & Neves, Lda – Santa Maria da Feira

**Periodicidade:** Anual

**Data da publicação:** Fevereiro de 2008

# CAMPONESES E MERCADORES NO MEDITERRÂNEO

CLÁUDIO TORRES

No actual contexto internacional, num momento em que parece aumentar a incompreensão entre culturas diferentes, em que o chamado Ocidente parece querer impor com sobrançeria os seus modelos de civilização, é tempo de olhar mais atentamente para um passado não tão longínquo como à primeira vista pode parecer. O que está hoje a acontecer no Iraque e em geral no Médio Oriente, em que a situação continua a degradar-se, é sobretudo uma prova de incultura, em que os invasores estão desprovidos de qualquer memória histórica e portanto incapazes de perceber o local em que se encontram e as consequências, porventura irremediáveis, dos seus actos. Estamos a assistir a um embate, estupidamente desencadeado, entre duas formações civilizacionais: de um lado, formas culturais definidoras dos velhos saberes mediterrânicos e, do outro, um caldo cultural que, orgulhosamente, catalogamos como a modernidade, o progresso e a democracia. Essa postura de exacerbado autismo do Ocidente e mais concretamente da ignorante política norte-americana, pode conduzir a Europa à situação irreversível de estar a empenhar, não só o nosso relacionamento com os países do Sul, como também a cortar as amarras culturais com o nosso próprio passado. Esta guerra, este drama que se desenrola ante os nossos olhos, será um bom ponto de partida para tratarmos da memória, para abordar alguns temas da «velha Europa», como foi recentemente catalogada pelos governantes americanos e que, precisamente pelo seu passado, pela sua longa memória de muitas gentes e histórias, é, por isso mesmo, o nosso orgulho. Essa argamassa de múltiplas memórias é, afinal, o pavimento em que podemos pôr os pés em terra, em que podemos, naturalmente, olhar o outro de frente, ser olhados e aceites nas nossas assimetrias e diversidade.

Não se trata apenas do Islão, até porque, depois destes anos todos a trabalhar em Mértola em demanda dos muçulmanos, a escavar, a abrir a terra, à procura das tropas invasoras de Tarik, afinal fomos encontrar sobretudo o Mediterrâneo em toda a sua diversidade e coerência. O Islão é, de facto, indissociável das velhas civilizações que o precederam, está profundamente ligado ao nosso passado tanto quanto o está também ao nosso presente e – oxalá de uma forma criativa e benéfica – ao nosso futuro. Têm sido estes os princípios que nos têm norteado nesta longa investigação de vinte e cinco anos. Por um lado, constatar e tentar contornar as dificuldades de interpretação com que nos deparamos. Em certas ocasiões, quanto mais escavamos, menos percebemos das formas e contextos, sendo por vezes, obrigados a mudar completamente as nossas teorias iniciais. Por outro lado, vão sendo abertos novos horizontes, esbatendo-se velhas fronteiras ideológicas, como a do antes e o depois de 711, ano em que, segundo a tra-

dição historiográfica, foi iniciada a invasão islâmica da Península Ibérica. Arqueologicamente falando, este acontecimento é um não-facto.

Por outro lado, notam-se insistentes fenómenos de continuidade, contradizendo a tradicional divisão da história em fatias: depois dos Romanos, teriam vindo os Suevos, os Visigodos e depois os Árabes... Não encontramos nada disso. Pelo contrário, aqui nestas terras do Sul, estamos a constatar um encadeamento, quase sem rupturas, de um longo movimento civilizacional em que o mundo rural se mantém praticamente imutável e em que as inovações introduzidas, quase exclusivamente nos centros urbanos, se sedimentam lentamente, por vezes ao longo de séculos. Em qualquer intervenção no subsolo, registamos ruínas arquitectónicas e técnicas artesanais, recolhemos restos alimentares e recipientes que, usados ao longo de muitas gerações, atravessaram os períodos romano e islâmico, chegando muitos deles até aos nossos dias.

Olhando mais perto para o Mediterrâneo, seguimos as correntes migratórias e pendulares do Próximo Oriente sempre em demanda



Interior da Mesquita Omeia de Damasco. Neste mausoléu, e segundo uma antiga e persistente tradição, estará a cabeça de S. João Baptista.

de um Ocidente onde a tradição situava a Atlântida, um dos mitos mais perenes da antiguidade. Essa ilha de todos os sonhos, alimentada pela literatura de mistérios, onde uma sociedade opulenta se teria afogado na sua própria luxúria, pode ser localizada facilmente na grande ilha Ibérica, como era vista a península pelos navegadores vindos da costa africana. Desde que as grandes civilizações fluviais do Crescente Fértil começaram a ser consumidoras de metais trazidos pelos mercadores fenícios e cretenses, multiplicaram-se as rotas marítimas para o Ocidente. Porque, de facto, os metais, sobretudo o estanho, nunca abundaram nessas paragens. Em vários locais da zona e sobretudo em Chipre (Kupros – Kypros que em grego significa cobre) e na ilha Eubeia do Egeu, havia exploração de cobre. No entanto, o estanho necessário ao fabrico do bronze vinha do Cáucaso e da Anatólia – onde a grande quantidade e variedade de outros metais e pedras preciosas sempre alimentou sucessivos bandos armados e mesmo poderosos estados que impediam ou faziam pagar caro o acesso às suas riquezas. É sintomático que, em períodos de guerra com os hititas, quando estes travavam o acesso às jazidas caucasianas, algum do estanho utilizado nas armas de bronze do Egipto faraónico provinha da longínqua Indonésia.

Esta permanente carência de metais aguçou a procura do estanho oriundo do Ocidente, sobretudo da Península Ibérica onde é abundante nas serranias de noroeste. Entre Sevilha e Astorga ainda hoje existe um velho caminho proto-histórico conhecido por Via da Prata e que, durante vários séculos, serviu de escoamento tanto às minas de ouro como principalmente de estanho que, no seu brilho metálico, por vezes se confundia com a prata.

Também o ouro estava, desde tempos imemoriais, ligado às partes do Ocidente, nomeadamente à Península Ibérica e também aos terminais caravaneiros da costa magrebina, onde chegava depois de retirado dos leitos geológicos do rio Niger e depois de atravessado todo o Sahara. Para justificar esta riqueza metalífera das terras do Sol Posto, em todo o Levante mediterrâneo circulava a convicção de que na terra dos mortos, onde o sol penetrava nas trevas, o seu calor abrasador liquefazia os metais preciosos, fazendo-os correr como rios. Este conjunto de mitos em que se confundem os trabalhos de Hércules no Jardim das Hespérides dos pomos de ouro e a própria Atlântida, são de facto indissociáveis da realidade histórica do reino de Tartessos, localizado no baixo Guadalquivir e que durante vários séculos forneceu em metais preciosos os mercadores de Sidon, Tiro ou Creta.

Esta demanda do Ocidente está profundamente enraizada em toda a civilização mediterrânea e tem a ver com permanentes e muito antigos percursos de cabotagem ao longo da costa africana e mesmo de ilha em ilha, aproveitando o facto de haver muito poucas zonas de mar alto onde se perde de vista a costa. Este charco de rãs, como chamou Aristóteles ao Mediterrâneo, permitiu um constante encontro e caldeamento de ideias, de modos de vida, de todas as histórias e de todas as religiões.

A circulação constante nos dois sentidos permitiu também a difusão para Ocidente dos mitos e dos deuses de origem oriental. As primeiras grandes divindades agrárias provenientes do Egipto e da Suméria, combinados com o velho culto da

Deusa-Mãe protectora dos pastores da Anatólia, a que também não foram estranhas influências da teogonia induísta, tudo isto caldeado e veiculado pelos mercadores fenícios e do Mar Egeu, chegou ao Ocidente envolvido em variadas e complexas histórias de heróis e deuses.

É curioso constatar que, de um modo geral, o mundo camponês e portanto as civilizações de carácter agrário, sempre tiveram tendência para sistematizar os seus sistemas religiosos em hierarquias politeístas. O que é perfeitamente justificável pela necessidade de adaptar os variados ciclos agrários às estações do ano e apaziguar de forma diferenciada as incontroláveis forças da natureza, sempre imprevisíveis e caprichosas. Os deuses das sociedades rurais, cada um especializado na sua função, tomavam as formas mais variadas, adaptando-se aos ciclos de fertilidade da terra, para assegurar o milagre da germinação e a boa colheita. Como hoje sucede no Cristianismo popular e camponês, o seu conteúdo é afinal profundamente politeísta, com cada santo, muitas vezes no papel de divindade local ou regional, a interceder directamente, como especialista, no controlo das chuvas, na germinação das sementes, nas boas colheitas, na saúde, fertilidade e bem-estar das pessoas.

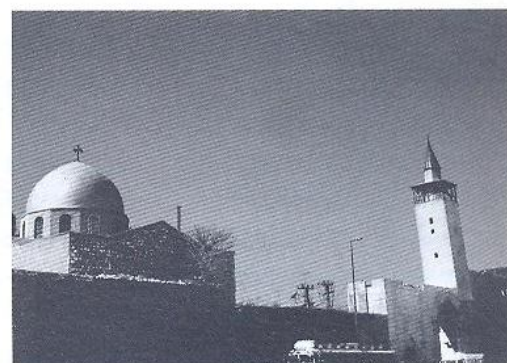
Por conseguinte, se nas sociedades camponesas, as formas religiosas parece tenderem naturalmente para um certo politeísmo, no sentido mais lato do termo, uma rápida visão histórica pelos grupos sociais tradicionalmente dedicados a actividades comerciais mostra-nos, pelo contrário, uma tendência para cultos monoteístas. De referir que as grandes religiões monoteístas – judaica, cristã e muçulmana – surgiram sempre no seio de comunidades de mercadores herdeiros dos antigos fenícios, homens de negócios de Alexandria e caravaneiros do Mar Vermelho. Aliás, é curioso que esta tendência para o monoteísmo se confunda quase sempre com visões do mundo mais abstractas, com representações simbólicas mais geometrizarantes que, de certa forma, enfrentam e contradizem a sempre tentada representação naturalista, apanágio das comunidades rurais mais alheadas das místicas intelectualizadas urbanas. Nos primeiros tempos de expansão do cristianismo, seguindo um caminho que começara a ser percorrido nos últimos tempos do Império Romano, a representação iconográfica estiliza-se ou geometriza-se, chegando mesmo algumas heresias mais radicais a enveredar por um iconoclasmo de tradição judaica que, de certa forma, anuncia a linguagem plástica do Islão nascente.

Na expansão do Cristianismo para Ocidente destacam-se nitidamente duas vias principais. Por um lado, a decisão política imposta pelo édito de Constantino e que em finais do século IV tornou o Cristianismo religião obrigatória do Império. Todos os templos de culto imperial passam a basílicas cristãs, e os grandes senhores da terra, tradicionalmente muito respeitadores dos poderes estabelecidos, convertem os oratórios familiares das suas *villae* em locais de culto cristão. Esta cristianização na Península Ibérica e noutros territórios do Ocidente afectou sobretudo as classes dirigentes, consolidando-se nos centros episcopais e nos mosteiros onde prevaleceu um certo revivalismo naturalista do Império perdido.

O outro caminho da expansão cristã, mais lento, mas talvez mais profundo, acompanhou as rotas do comércio marítimo, fundiu-se nos velhos ritos populares

dos mistérios, penetrou no seio de escravos e libertos, associou-se a outros movimentos de salvação e culto dos mortos, implantou-se solidamente nas cidades portuárias, alongando-se pelos trilhos dos mercadores e almocreves. São assimilados outros cultos já antes implantados como a devoção a Isis – Tanit no Magreb ou o Mitraísmo na Bética e Lusitânia, sendo recebidas no *panteon* cristão várias outras divindades locais que passam a integrar os atributos dos muitos santos que vão proliferando no hagiolégio cada vez mais complexo das heterodoxias cristãs que povoam nessa altura todo o Mediterrâneo.

Com efeito, não houve um Cristianismo único a espalhar-se por todo o Mediterrâneo. E não me refiro sequer às múltiplas heresias que proliferavam um pouco por toda a parte. Refiro-me a grandes sistemas filosóficos que, de uma forma geral e como antes referimos, se distribuem seja pelo mundo rural e monástico, seja veiculado pelos cidadãos e comerciantes. Por exemplo, no Mediterrâneo Oriental notamos que, desde o século IV, começa a ser nítida uma certa diferença, constantemente reafirmada em todos os concílios, entre os cristãos das margens setentrionais, de uma certa forma mais ligados às capitais do Império – Roma e Bizâncio –, e os cristãos do Sul, mais dependentes de Alexandria e de todas as



**Bab Sharqi (Porta do Oriente), em Damasco. Coexistência de duas grandes religiões do Livro.**

outras cidades-porto onde confluíam as grandes rotas marítimas internacionais da Índia pelo Mar Vermelho e da África pelo Nilo e pela costa da Cirenaica. O cristianismo áulico bizantino, que também ditava a ortodoxia, movia-se em torno das cortes imperiais ou papais ordenando-se numa multiplicidade de personagens e intermediários. As suas cerimónias rituais eram envolvidas num brilhante e colorido naturalismo em que os modelos, apesar das diferenças de estilo, pretendiam atingir a grandiloquência do antigo Império Romano. Neste ambiente aristocrático, a corte celestial reproduzia necessariamente a terrena, num sistema hierarquizado de valores, de brocados e pedras preciosas, onde uma pirâmide de heróis e santos era encimada por uma tríade divina.

Nos meios comerciantes das cidades do Sul dominam naturalmente os valores do indivíduo que, pelo seu esforço e o do seu clã familiar, pode enriquecer e portanto ascender socialmente. A valorização individual cria também um relacionamento directo com a divindade, reforça o poder abstracto e isotérico do monoteísmo. Não é por acaso que tenha sido em Alexandria que se concentraram as últimas correntes filosóficas da Escola de Atenas com Plotino a pontificar o relacionamento directo do homem com Deus. Por outro lado, a graça divina como ligação directa do indivíduo à divindade, sem passar por intermediários nem pela estrutura hierárquica da Igreja, enquadra-se também nas mais profundas tradições do misticismo egípcio de culto solar. Aliás esta escola filosófica de Plotino, com referências indirectas à *graça divina* como raio solar, vai ainda influenciar Santo Agostinho, cujo pensamento chegou a ser considerado herético quando mais tarde o «tomismo» se impôs como doutrina oficial da Igreja.

No Império Bizantino foi uma poderosa rede de grandes mosteiros, com uma ideologia mais conservadora, a organizar a contra-ofen-

siva ao movimento iconoclasta inspirado pelas correntes mais inovadoras do sul. Estes centros monásticos, aliados e cúmplices de outros grandes senhores da terra cuja produção dependia ainda do trabalho escravo, mas onde já se pressentia o sistema feudal, são a matriz do cristianismo ortodoxo oficialmente reconhecido pela corte imperial bizantina e pela cúria romana. Desta forma, era inevitável uma profunda divisão entre estes dois mundos. Assim, o Sul mediterrâneo tenderia a organizar-se em torno de correntes fortemente monoteístas onde eram dominantes as correntes monofisitas, que defendem um só Deus absoluto e uma só natureza. Ao rejeitarem a Trindade, considerada como tríade divina, os adeptos dessa doutrina acusavam os cristãos trinitários de politeístas, acusação que curiosamente vai ser repetida uns tempos mais tarde pelos muçulmanos.

Muito antes do Islão que, mais tarde, vai oficializar esta ruptura, no seio do mundo cristão oriental as diferenças de sistema económico são potenciadas por divergências religiosas. Como é sabido, o Império Bizantino tentou de várias formas, incluindo a força armada, impor a sua ordem às cidades de Alexandria, Antioquia e Damasco, que entretanto se tinham reorganizado na igreja Monofisita. Aliás não é por acaso que tenha sido nesta zona do Mediterrâneo a surgir e a afirmar-se à nova religião muçulmana, ela também intransigentemente monoteísta e hostil à dominação imperial bizantina. Ao contrário do que ainda hoje é afirmado sobre as influências do deserto na sua génese, o Islão forma-se como uma espécie de cisma do cristianismo e judaísmo, bebendo das mesmas fontes bíblicas e difundindo-se rapidamente nas comunidades urbanas de mercadores e artesãos, onde tinha garantida a sua base de apoio. Muitas vezes para justificar a fulgurante expan-



Porta da antiga muralha islâmica de Coimbra.

são do Islão, como simples fenómeno militar, resumem-se os seguidores de Mohamad a um bando de árabes a cavalo que invade o Mediterrâneo e impõe uma nova religião. Se, de facto o cimento místico foi recolhido nos horizontes infinitos do deserto, foi sobretudo em Alexandria que foram caldeados a filosofia e os princípios teóricos de uma das maiores religiões da humanidade. Era nesta grande metrópole mercantil do delta do Nilo que nessa altura se defrontavam as grandes correntes de ideias no interior da comunidade cristã, com vantagem clara para o monofisismo que também condensava simbolicamente a resistência política ao odiado Império Romano do Oriente. Uma grande proximidade nos grandes princípios religiosos e uma mais do que evidente aliança de interesses contra Bizâncio, fez com que as convergências se transformassem em conversões. O Islão acabaria por dominar toda a região de uma forma inequívoca, uma vez que, na altura, estava não só mais adaptado à realidade, como se impunha a simplicidade da sua liturgia.

Entramos agora num plano mais concreto, decorrente de uma experiência com mais de vinte anos a investigar o passado de Mértola. De facto, esta pequena povoação foi um importante porto fluvial a 70 km do Oceano onde, antes dos bojudos galeões quinhentistas, atracava todo o tipo de barcos mercantes ou de guerra. Foi um *municipium* romano e uma importante cidade no período conturbado que se seguiu ao desmoronamento do Império. Datado da segunda metade do século VI, encontramos e continuamos a investigar um importante palácio episcopal implantado sobre uma plataforma artificial que dominava a cidade. Este conjunto baptismal de grande luxo decorativo, foi edificado num período de transição quando os reis visigóticos de Toledo se preparavam para abandonar o cristianismo ariano e



Interior da Grande Mesquita de Kairouan.

adoptar o catolicismo. Por outro lado, a presença de um baptistério numa época em que apenas um prelado podia exercer este sacramento, e dado não existir qualquer referência nos Concílios ibéricos a um bispo em Mértola, leva-nos a levantar a hipótese de esse personagem pertencer a uma comunidade cristã não-ortodoxa. A corroborar esta hipótese temos o facto de terem sido encontradas localmente algumas lápides funerárias escritas em grego e datadas dessa mesma época em que os inumados teriam sido pessoas importantes da cidade, entre os quais um presbítero e dois outros com o nome de Eutiques que, como se sabe, foi o fundador do Monofisismo. Esta conjectura, aliada à descoberta no interior do palácio episcopal de um excepcional conjunto de mosaicos com paralelos no Próximo Oriente, abrem pela primeira vez a possibilidade de esta heresia cristã se ter estendido à Península Ibérica, depois de ter exercido uma forte influência no cristianismo africano.

Esta série de descobertas levou-nos também a compreender melhor a história da religião muçulmana no Ocidente e sobretudo a ver com outros olhos a forma como se expandiu por todo o Mediterrâneo. Em vez de ficarmos apenas enrolados na história tradicional das conquistas militares, começamos a melhor compreender a rápida expansão do Islão, não só como o somatório de condições políticas e económicas favoráveis, como também e sobretudo, o facto de já nessa altura haver no terreno, certamente nas principais cidades portuárias, uma população já convertida a um cristianismo *monofisita* que, afinal, estava muito mais próximo da palavra do Profeta.

Embora a implantação do Cristianismo também tenha passado por éditos imperiais e mesmo por uma certa repressão sobre os outros cultos, seria completamente descabido explicar a expansão do cristianismo por uma conquista militar. O mesmo se pode dizer do

Islão. A religião muçulmana, última grande religião de salvação, é naturalmente a síntese de todas as religiões anteriores, tendo-se afirmado como a mais inovadora, com capacidade de incorporar todos os elementos fundamentais das religiões anteriores. É uma religião que se expandiu rapidamente nos meios urbanos porque foi sobretudo divulgada por mercados e não imposta por militares. Não podemos esquecer que um soldado ou qualquer militar olha o outro, o desconhecido, o estrangeiro, o bárbaro que não fala a sua língua, antes de tudo como um inimigo, como alguém a abater. Esse é o comportamento normal de um homem de armas, é o único comportamento para o qual foi treinado. Em contrapartida, o comerciante, na sua lógica de vida, olha o desconhecido antes de tudo como cliente. Ele precisa desse estrangeiro para lhe vender os seus produtos. Tem de comunicar, de se entender, tem de dialogar. Inevitavelmente são criadas condições para, além do intercâmbio de artefactos, haver também a veiculação de ideias e de saberes.

Este gesto de compra e venda é o fundamento de toda a civilização, alimentando os mecanismos de transmissão do conhecimento, criando as linhas de cultura essenciais, que, afinal, resumem a história do Mediterrâneo. Foi através dos portos, dos mercados, das feiras, do intercâmbio, que foi processada a síntese de culturas e saberes, que se difundiram as línguas e as religiões. É mais neste sentido e menos nas operações guerreiras que temos de perceber a expansão fulgurante do Islão ao longo dos séculos VIII, IX e X. É claro que em todas as épocas sempre houve soldados e exércitos, invasões e saques. Foram travadas muitas batalhas e numa delas certamente foi morto o rei Rodrigo. Porém esses factos, à luz de uma abordagem mais atenta, revelam-se perfeitamente secundários, se não mesmo insignificantes. São as histórias habi-

tuais da História. Agora, o fenómeno cultural e religioso da islamização, dada a sua profundidade e carga civilizacional não foi, obviamente, imposto nem pela espada, nem por nenhuma estratégia de conquista militar. Cingindo-nos aos factos arqueológicos, no período islâmico vamos encontrar por todo o sul do país, assim como em toda a Andaluzia, um tipo de casa urbana idêntica à da Tunísia, Sicília ou Líbano. Como seria de esperar, o pequeno pátio de tradição mediterrânea, difundido em época romana e adoptado em tempos muçulmanos, sofreu ligeiras adaptações, mas manteve praticamente as mesmas funções. Em época islâmica assistimos, sobretudo nos centros urbanos, a uma enorme expansão de formas de ver, de formas de habitar, de formas de sentir, e por outro, entre as comunidades camponesas, a um reforço identitário, a uma consolidação das tradições. A maioria da população rural, embora já bastante islamizada em finais do século XI, continuava a praticar o Cristianismo e a falar romance. Nas cidades a língua árabe torna-se francamente dominante. Exactamente por isso é que, em Portugal, os falares dialectais do sul são diferentes dos falares do norte. E as diferenças, resultantes da introdução de elementos moçárabes são anteriores à Reconquista do século XIII. A língua romance subsistiu nas zonas camponesas, profundamente enraizada, tal como permaneceram alguns rituais cristãos embora, muitas vezes pouco ortodoxos. Além dos grandes cultos mais ou menos oficiais, proliferavam várias heresias, grupos religiosos cristãos que, afastados do controlo episcopal e papal, enveredavam por ritos locais mais antigos ou sincréticos.



Celeiro comunitário (agadir) na fronteira do deserto líbio.

Graças também à Arqueologia, sabemos hoje que muitos dos pequenos templos rurais foram durante algum tempo compartilhados entre as comunidades muçulmana e cristã. Havia uma sabedoria natural na utilização dos espaços, não desprovida de atritos naturalmente, porém parece ter sido dominante um certo equilíbrio na convivência de comunidades de cultos diferentes.

Este espírito sobrevive, de certa forma, na Síria actual, onde é notória a convivência de comunidades cristãs e muçulmanas no mundo rural. A torre sineira e o minarete a elevar-se em bairros vizinhos. Aliás, no interior da Grande Mesquita Omíada de Damasco constantemente atravessada por grupos sunitas e xiitas, ergue-se um enorme mausoléu, tocado devotamente por todos os crentes e onde a tradição afirma estar depositada a cabeça de S. João Baptista. Este seria certamente o cenário vivido no Al-Ândalus, antes dos impérios magrebinos

Almorávida e Almóada, e era certamente a forma de viver das comunidades de judeus, cristãos e muçulmanos. A história do Mediterrâneo é afinal a história fantástica de saber olhar, de saber ver o «outro», de respeitar o diferente. É a história de uma cultura milenar onde é vital o equilíbrio hábil de tensões e de saberes. É essa inteligência e sabedoria que nos dias conturbados que vivemos, esperamos sejam entendidas e respeitadas pelos senhores do Império Americano que nos governam.



Pátio interior na cidade líbia de Ghadamés, antigo entreposto comercial entre o Mediterrâneo e a África Negra.